**Ata da Plenária Mensal do CMPD - Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, realizada On-Line nas redes sociais do CMPD do Município de São Paulo, por motivo da Pandemia**. Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um realizou-se a Plenária Mensal do CMPD – Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, com o tema “**Políticas Públicas e a luta das pessoas com deficiência**”. O encontro virtual teve início às 15h em ponto, sendo aberto ao público em geral por meio da plataforma Facebook, nela ficando gravado. A Plenária foi acessível em Libras e legendada. A Presidente Marly dos Santos iniciou o evento se apresentando e se auto-descrevendo, para logo em seguida passar a palavra para o palestrante convidado, Sr. Luiz Carlos Lopes, que também fez sua auto-descrição. De início, destacou a importância do envolvimento das pessoas com as questões relativas às Políticas Públicas para pessoas com deficiência, por meio de uma participação social ampla, e do entendimento do significado da expressão “política pública”. Ou seja, entende que política pública é tudo aquilo que o grupo de está no Governo, no poder naquele determinado momento, decide fazer ou não fazer, tendo em vista que, contando com uma equipe técnica à disposição, bem como recursos financeiros e humanos, as ações dependem de uma vontade política, estando em nossas mãos a decisão de fazer uma determinada política acontecer. E na briga para que ela efetivamente se concretize, devemos primeiro nos questionar quem ganha com ela, o que se ganha e que diferença ela vai fazer, especialmente quando se tratar de uma política nova. Pensando no segmento das pessoas com deficiência, frisou que o papel básico de qualquer Conselho, enquanto conselho de direitos, é justamente viabilizar a participação popular, inclusive quanto aos demais conselhos, como o da Saúde, o de Transportes, dos Idosos, enfim, participação essa que também diz respeito às pessoas com deficiência, que devem aumentar sua presença nesses colegiados, fazendo o tema da deficiência atingir outras esferas, outros fóruns, ocupando outros espaços. Assim, a atuação de um conselho de direitos apresenta 4 objetivos: o primeiro é reivindicar, encaminhando solicitações específicas daquele grupo, usando aquele espaço para atendimento de demandas. Outro ponto importante é o papel de fiscalizador, dentro de sua área específica, mas no caso CMPD a atuação resta mais ampla, porque abrange várias políticas públicas, relativas às pessoas com deficiência, aplicadas em toda a Cidade de São Paulo. Um terceiro escopo, é o de propor soluções, que é algo mais avançado do que uma simples reivindicação. Forneceu, nesse passo, vários exemplos de soluções inclusivas que podem ser adotadas como proposições, e não apenas como reivindicações. Por fim, comentou o quarto item a ser considerado, que é o da representação, no sentido de abarcar todo qualquer tipo de deficiência, por meio de visão ampliada e diversificada. Com esses 4 tópicos em pauta, o Conselho pode ter um papel colaborativo fundamental na execução das políticas, apontando, por exemplo, o que está faltando ser feito, as lacunas a serem preenchidas, mesmo que sendo por meio da mitigação, ou seja, se não é possível solucionar todos os problemas, pelo menos que haja a “diminuição dos prejuízos”, amenizando seus efeitos. No caso das pessoas com deficiência, os desafios históricos que se apresentam residem no aumento da escolaridade, na implantação e fiscalização da Lei de Cotas, acessibilidade arquitetônica e comunicacional, programas de empoderamento, ampliação do número de residências inclusivas e de centros dia, dentre outros. A Presidente Marly comentou, nesse diapasão, que hoje em dia a luta está mais difícil, uma vez que muitos direitos já conquistados estão sendo perdidos, exigindo uma maior participação dos conselhos e das pessoas nessa luta. Continuando, Luiz Carlos lembrou que existe uma falsa sensação de segurança no processo todo, de que tudo está posto sem a possibilidade de retrocesso, e, por isso, o foco deve sempre ser mantido junto com a incorporação na luta das novas gerações, os mais jovens, renovando a militância na área e evitando a acomodação, especialmente das gerações anteriores. Citou, a seguir, algumas tentativas na direção da perda de direitos pelas pessoas com deficiência, como mudanças na previdência social, alterações na Lei de Cotas, pente fino no BPC, iniciativas muitas vezes decorrentes do olhar depreciativo e preconceituoso que a sociedade tem sobre a pessoa com deficiência ser “economicamente improdutiva”. E apontou, como caminho de resistência a essas iniciativas, a construção de políticas públicas efetivas e o engajamento na luta por novas conquistas, citando uma frase dos movimentos de 1968: “sejamos realistas, pensamos o impossível”. Assim, a resistência deve vir do outro lado, e as pessoas com deficiência têm que se imporem como cidadãos detentores de direitos. Voltando ao conceito de política pública, ressaltou que ela pode surgir dentro do próprio governo, que quer induzir determinado comportamento, mas pode surgir também de grupos de interesse, que levam aquele tema para o interior do governo. Portanto, os movimentos sociais são fundamentais nesse contexto, pois travam discussões que acabam por gerar políticas públicas, e quanto maior a capacidade de reinvidicação, maior a possibilidade da sociedade ver uma política pública ser concretizada. Esclareceu que, em políticas públicas, isso é chamado de “arena”, e que, a rigor, você tem todos os temas de interesse no mundo disputando espaço nessa “arena”. Assim, quanto mais forte for a pressão social, quanto mais inteligente a estratégia, quanto maior for a capacidade de angariar aliados para as discussões, maiores vão ser as chances de que o governo, o legislativo e o judiciário decidam, aceitem, a discutir os temas que interessam as pessoas com deficiência, ressalvando que em alguns momentos pode acontecer que determinado governo não possa atender a uma reinvidicação devido às circunstâncias, por falta de recursos financeiros ou por falta de funcionários. E o papel do Conselho, nesse caso, é propor o início, mesmo na forma de projeto piloto, por exemplo, gerando estudos, indo em busca de recursos, impedindo, dessa forma, que a proposta seja simplesmente esquecida, e fazendo com que as pautas sejam permanentemente discutidas. Presidente Marly comentou que um problema recorrente que chega ao CMPD é a questão da acessibilidade arquitetônica na Cidade de São Paulo, citando como exemplo, a falta de rampas, havendo sucesso em alguns locais, mas que é preciso insistir, inclusive com a ajuda da SMPED, e ás vezes é preciso até ir atrás do dinheiro, através de emendas parlamentares, ou mesmo com a ajuda de outros conselhos, como o da Saúde, que ajuda na cobrança da Secretaria dessa área. Retomando a palavra, Luiz Carlos enfocou o conceito “ciclo da política pública”, que começa justamente na definição da agenda, ou seja, qual deve ser o problema a ser tratado. E, nessa definição, é necessário trazer para a discussão todos os segmentos relativos às pessoas com deficiência, sem exceção, para que não haja restrição na representatividade do colegiado. Em outras palavras, trazer para a arena de discussão todas as pessoas interessadas em determinado tema, em implantar uma determinada política, e fazer com que todas essas pessoas ajudem a construir uma forma pressão para que aquele tema seja discutido. Isso é a definição de uma agenda, e, partir daí, o passo seguinte é a identificação de quais alternativas existem para que aquela questão seja solucionada. E é importante estar consciente de que nem todas as pessoas que participarão da arena de debates concordarão com você. Mencionou, como exemplo, uma hipotética reunião da ABNT, onde poderão estar presentes, além de representantes da sociedade civil interessados no aumento da acessibilidade, também representantes dos fabricantes de ônibus, e as alternativas levadas por esses dois segmentos podem não coincidir, gerando um embate entre pontos de vista e interesses diferentes. Passou, em seguida a considerar o terceiro passo, que implica na avaliação das alternativas e selecionar quais das opções é melhor. E no embate de vê-las prevalecer, deve-se ter em vista ganhos alternativos já que às vezes não se tem força suficiente para que sejam implementadas totalmente, num momento em que é exigida uma grande inteligência e agregação de pessoas, aliados e informação técnica na luta. E, justamente, o quarto passo constitui-se na fase de implementação, seguido da última fase que é a da avaliação: após a implantação de uma política, faz-se necessário o acompanhamento subseqüente, a medição dos resultados alcançados por aquela política e a avaliação de erros e acertos, ou, então, se é o caso de aperfeiçoamentos. Em suma, é importante que o ciclo da política seja completo, com a presença dos cinco elementos aqui mencionados, lembrando que após o processo de avaliação, caso os objetivos não sejam alcançados, pode ser necessário recomeçar desde o primeiro passo, desde o início, sendo essa, entretanto, a maneira pela qual a administração pública atua de forma profissional. Comentou, ainda, que, por vezes, há congruência entre as aspirações da sociedade civil e as do setor produtivo, demonstrando que os arranjos nas discussões estão sempre em movimentação, e, nesse sentido, os Conselhos são fundamentais, por atuam como uma espécie de funil coletor e impulsionador das diversas demandas que são apresentadas pela sociedade, com o cuidado fundamental de que a representação seja a mais ampla possível, contemplando todos os segmentos, possibilitando a participação e a oitiva de todos, contando com pessoas que tenham um perfil o mais variado possível. A Presidente Marly destacou, então, sua preocupação em arregimentar pessoas especializadas quando promove debates, bem como em proporcionar que pessoas com deficiências muito específicas também sejam ouvidas, até porque considera que ela própria aprende muito com diálogo com essas pessoas. Luiz Lopes acrescentou que também não deve ser focado apenas o interesse específico de uma instituição, por exemplo, porque às vezes encontramos instituições muito fortes, com bastante poder de relacionamento, inclusive político, e elas acabam por falar em nome de todo o segmento, por ter acesso fácil a verbas parlamentares. Mas o movimento social da pessoa com deficiência não pode seguir essa lógica. O ideal seria que, no limite, a existência dessas instituições não fossem mais necessárias, assim como órgãos específicos da área na administração municipal, com as questões relativas às pessoas com deficiência estando presentes em todas as Secretarias Municipais, em todas as políticas públicas municipais, na sociedade, nas empresas, enfim, a gente não pode deixar que o próprio movimento fique refém das grandes entidades, que embora desempenhem um papel fundamental na ausência do poder público, representam uma parte desse movimento. Isso se reflete também em micro-entidades, de atuação limitada em pequenas ações e restrita aos bairros, cujos êxitos na obtenção de pequenas verbas podem encobrir os problemas de maior abrangência. Assim, quanto mais transversais forem as conquistas, quanto mais pessoas elas impactarem, melhor. Os avanços conquistados para todas as pessoas com deficiência devem ter um peso muito maior. Presidente Marly reforçou essa posição, destacando que as pessoas com deficiência precisam, acima de tudo, de respeito, respeito esse que deve tocar a todos, independentemente do tipo de deficiência, uma vez que todos têm os mesmos direitos. Luiz Lopes acrescentou que devemos ter sempre em mente as pautas de outros segmentos da sociedade, exemplificando que não dá para falar das pessoas com deficiência tendo em vista apenas essa característica: devem ser consideradas também as questões de gênero, de raça, da faixa etária, de emprego e renda, dentre outras, pois a pessoa com deficiência está presente em todos os grupos sociais, citando, especificamente, o crescimento do movimento feminista de pessoas com deficiência, que estão combatendo o feminicídio, a violência contra a mulher em geral, bem como os coletivos de pessoas negras. Outrossim, a descriminação sofrida pelas pessoas com deficiência muitas vezes não decorre apenas dessa sua condição, mas também por haver um cruzamento de mais de um preconceito: na mulher com deficiência que sofre um tipo de violência, seja psicológica, seja financeira, ou mesmo física, as conseqüências são diferentes das que as mulheres sem deficiência enfrentam. Não é só uma soma descriminações, elas se apresentam de maneiras específicas. É preciso, então, conversar com os movimentos feministas para esclarecer que existe uma especificidade relativa às mulheres com deficiência, para que passem a colocar nas suas reivindicações também esse olhar, o mesmo ocorrendo também no movimento sindical. Presidente Marly, concordando, destacou essa necessidade de se considerar as especificidades da mulher com deficiência no interior do movimento feminista, no âmbito do movimento sindical, e que o tema seja colocado também na pauta de discussões das entidades desses movimentos. Em sua fala de encerramento e despedida, Luiz Lopes comentou sobre as formas de sensibilização do poder, destacando que, mesmo o Conselho apresentando a qualidade de representação oficial, as pessoas não dependem apenas dele, lembrando que os conselhos em geral nasceram por uma exigência da sociedade, assim, grupos de pressão devem ser criados, aliados devem ser procurados, técnicos ou políticos, mesmo em grupos que não sejam de pessoas com deficiência, mas que tenham foco comum, ou que já passaram por reivindicações semelhantes, tendo como objetivo motivar as autoridades, inclusive o Ministério Público e a Defensoria Pública, existindo vários canais para tanto. Ressaltou, ainda, que nem todos os conselhos são atuantes, e, caso não sejam confiáveis, deve-se atuar fora deles, e lamentou a morte, no dia anterior, de bell hooks, grande pensadora do feminismo, que tem como conceito o “pensamento dualístico”, usado por ela para identificação dos preconceitos, especialmente contra as mulheres negras, e que se constitui no reforço dos esteriótipos partindo de falsas dicotomias, ou seja, não se permitindo a existência de meios termos e sublinhando as diferenças e a existência de qualidades melhores em certas pessoas até se chegar a um falso censo comum para reforçar os preconceitos, sendo dessa forma que se constrói a ideia de que altista é violento, de que alunos com deficiência atrapalham o rendimento escolar de uma classe numa escola regular, de que a mulher com deficiência não tem vida sexual, enfim, há o reforço dos esteriótipos relativos às pessoas com deficiência. Esses exemplos demonstram, mais uma vez, que temos muito a aprender com outros movimentos sociais, inclusive com relação a esse mecanismo de reforço de preconceitos que temos que denunciar. Encerrou lembrando que temos a tarefa de fazer com que o capacitismo seja um dia tão conhecido e condenável quanto o racismo, a homofobia e a misogenia, sendo essa uma tarefa dessa geração, mas também das gerações futuras. A Presidente Marly agradeceu a exposição de Luiz Lopes e a presença de todos, encerrando a Plenária às 16h06. Eduardo Farsetti, funcionário do CMPD, lavrou esta ata.